

Demonstrações Financeiras

**Empresa de Serviços de Comercialização de
Energia Elétrica S.A.**

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	2
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....	2
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	2
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	3
CONSIDERAÇÕES FINAIS	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	14
5. CLIENTES	14
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
7. RECEITA LÍQUIDA.....	16
8. CUSTOS E DESPESAS.....	17
9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	17
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	18
11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	20
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	21
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.000 mil, representado por 2.999.763 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$19.451 mil em 2025, em comparação ao resultado de R\$17.682 mil em 2024, representando um aumento de 10,00%, devido a aumento da receita.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA foi de R\$18.876 mil (R\$17.551 mil em 2024) e a Margem do LAJIDA foi de 99,56% no mesmo período (99,73% no exercício de 2024), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	19.451	17.682	10,00
Amortização	6	8	-
Despesa de IR e CS	3.534	3.817	(7,41)
Resultado Financeiro	(4.115)	(3.956)	4,02
LAJIDA ⁽¹⁾	18.876	17.551	7,55

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$ 3.534 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$22.985 mil antes dos

efeitos fiscais, representando 15,38% do lucro antes da tributação. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$3.817 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$21.499 mil antes dos efeitos fiscais, representando 17,75 % do lucro antes da tributação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026, que, ao Resultado do exercício de 2025, no montante de R\$19.451 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$9.726 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$9.725 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos;

Em 2025, a Reserva Legal da Companhia atingiu o limite legal de 20% do Capital Social, conforme previsto na legislação societária vigente, razão pela qual não foram efetuadas novas destinações para essa reserva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estende, também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.897	5.162
Títulos e Valores mobiliários	4	19.684	11.527
Clientes	5	3.104	1.576
Tributos compensáveis		12	12
TOTAL DO CIRCULANTE		24.697	18.277
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores mobiliários	4	-	4.348
Tributos compensáveis		95	83
Direito de Uso		112	117
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		207	4.548
ATIVO TOTAL		24.904	22.825

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores		37	37
Impostos, Taxas e Contribuições		354	68
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	10	328	1.171
Dividendos a pagar	6	9.726	8.590
Passivo de Arrendamento		12	12
TOTAL DO CIRCULANTE		10.457	9.878
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições		177	110
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	819	518
Passivo de Arrendamento		126	129
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.122	757
TOTAL DO PASSIVO		11.579	10.635
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	6		
Capital Social		3.000	3.000
Reserva de Lucros		10.325	9.190
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.325	12.190
PASSIVO TOTAL		24.904	22.825

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	7	18.959	17.598
CUSTOS	8		
Custos de Operação		(50)	(7)
LUCRO BRUTO		18.909	17.591
DESPESAS	8		
Despesas Gerais e Administrativas		-	(1)
Outras Despesas Operacionais		(39)	(47)
		(39)	(48)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		18.870	17.543
Receita Financeira	9	4.144	3.969
Despesa Financeira	9	(29)	(13)
		4.115	3.956
Resultado Antes dos Impostos		22.985	21.499
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	10	(3.233)	(4.020)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	(301)	203
RESULTADO DO EXERCÍCIO		19.451	17.682

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	19.451	17.682
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	19.451	17.682

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	486	98	18.664	-	19.248
Aumento de Capital	2.514	-	(2.514)	-	-
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	(16.150)	-	(16.150)
Resultado do Exercício	-	-	-	17.682	17.682
Destinação do lucro proposta à AGO					
Reserva Legal	-	502	-	(502)	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	(8.590)	(8.590)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	8.590	(8.590)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.000	600	8.590	-	12.190
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	(8.590)	-	(8.590)
Resultado do Exercício				19.451	19.451
Destinação do lucro proposta à AGO					
Dividendos Estatutários	-	-	-	(9.726)	(9.726)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	9.725	(9.725)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	3.000	600	9.725	-	13.325

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	19.451	17.682
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 10)	3.534	3.817
Juros Passivo de Arrendamento (Nota 9)	(9)	12
Amortização	6	8
Rendas de aplicações financeiras	(3.709)	(3.690)
	19.273	17.829
(Aumento) Redução de Ativos		
Clientes (Nota 5)	(1.528)	257
Tributos Compensáveis	(1.312)	(1.050)
Outros	1	133
	(2.839)	(660)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	-	(1)
Impostos, Taxas e Contribuições	353	92
Outros	-	(152)
	353	(61)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.787	17.108
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.776)	(1.980)
Juros Resgatados	2.298	2.826
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.309	17.954
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações Em Títulos e Valores Mobiliários	(16.845)	(16.399)
Resgates Em Títulos e Valores Mobiliários	14.447	21.791
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.398)	5.392
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 6)	(17.180)	(27.648)
Arrendamentos pagos	4	4
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(17.176)	(27.644)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.265)	(4.298)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	5.162	9.460
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.897	5.162
	(3.265)	(4.298)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”), sociedade anônima de capital fechado, anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), foi constituída em 25 de julho de 2002, com sede e foro na cidade e comarca de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

- Prospectar junto ao mercado, potenciais clientes interessados em adquirir energia elétrica de geradores e produtores independentes e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica.
- Prospectar junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes.
- Prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica.
- Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica.
- Desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado.
- Representar agentes de mercado junto à CCEE para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.
- Comprar e vender energia nas suas diferentes formas e modalidades, incluindo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia.
- Prestar serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a consumidores, que tenham livre opção de escolha de fornecedor, a geradores e produtores independentes, e a qualquer agente autorizado a comercializar energia.
- Desenvolver atividades relacionadas à comercialização de energia em todas as suas modalidades, inclusive a comercialização varejista, considerando os aspectos físico, financeiro e operacional objetivando a realização de negócios relacionados à compra e venda de energia no âmbito do mercado brasileiro e de outros países.

A Companhia iniciou suas atividades em maio de 2006. O seu resultado decorre da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia no mercado livre.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de agosto de 2026.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelo seu valor justo, de acordo com as normas aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com

relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 12 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026

Norma e principais alterações	Início da vigência
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	
As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	
Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	
A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS.	01/01/2027
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Contas bancárias				64	19
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91 a 12,15%	1.833	5.143
TOTAL				1.897	5.162

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,7 a 113,51%	17.176	9.027
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11% a 15,12%	10,72% a 10,85	2.263	2.339
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88%	104,7% a 113,51%	245	161
				19.684	11.527
Não Circulante					
Debêntures			TR + 1,00 a 122,90	-	4.348
				19.684	15.875

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 12

5. CLIENTES

	Saldos a vencer	Total	
		2025	2024
Cientes	3.104	3.104	1.576
Total	3.104	3.104	1.576

Não há valores vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a clientes está divulgada na nota explicativa nº 12.

Política contábil

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$3.000 (R\$3.000 em 2024), representado por 2.999.763 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, na forma da legislação aplicável.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva Legal	600	600
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	9.725	8.590
	10.325	9.190

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Em 2025, a Reserva Legal da Companhia atingiu o limite legal de 20% do Capital Social e, por esse motivo, não foram realizadas novas destinações para essa reserva.

c) Remuneração do Acionista

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Resultado do Exercício	19.451	17.682
Reserva Legal	-	(502)
	19.451	17.180
Valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios	9.726	8.590
Dividendos Obrigatórios	9.726	8.590
Dividendos Adicionais	9.725	8.590
Total dos dividendos propostos	19.451	17.180

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

d) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.590
Aprovação de dividendos adicionais ref. 2024	8.590
Pagamento de dividendos ref. 2024	(17.180)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	9.726
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.726

e) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2025 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada 2026, que, ao Resultado do exercício de 2025, no montante de R\$19.451, seja dada a seguinte destinação:

- R\$9.726 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$9.725 para pagamento de dividendos adicionais propostos;

7. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Prestação de Serviço	20.292	18.860
Deduções à Receita Operacional (a)	(1.333)	(1.262)
Receita Operacional Líquida	18.959	17.598

A receita de prestação de serviços decorre de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia no mercado livre.

a) Deduções à Receita Operacional

	2025	2024
COFINS	(633)	(576)
PIS-PASEP	(137)	(112)
ISSQN	(563)	(574)
Total	(1.333)	(1.262)

Política contábil

Uma receita é reconhecida quando da satisfação das obrigações de performance da Companhia, que consiste na prestação dos serviços de intermediação e gestão dos contratos negociados. Os benefícios desses serviços são recebidos e consumidos pelos clientes simultaneamente à sua prestação.

Dessa forma, a obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo, sendo a receita reconhecida mensalmente, com base no período de prestação dos serviços, refletindo a transferência contínua dos benefícios ao cliente.

8. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos e Despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	7	-	1	-	8
Serviços de Terceiros (a)	55	1	27	39	82	40
Amortização	6	8	-	-	6	8
Provisões operacionais	(12)	(9)	-	-	(12)	(9)
Outros custos/despesas	1	-	12	8	12	8
Total	50	7	39	48	88	55

b) Serviços de Terceiros

	2025	2024
Conservação e Limpeza de Prédios	13	13
Outros	69	27
Total	82	40

9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	3.841	3.969
Outras Receitas	126	-
Atualização crédito PASEP e COFINS sobre ICMS	177	-
Total das Receitas Financeiras	4.144	3.969
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(9)	(13)
Outras despesas financeiras	(20)	-
Total das Despesas Financeiras	(29)	(13)
Resultado Financeiro	4.115	3.956

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	18.774	18.774
Percentual de Presunção	32%	32%
Receita Operacional Tributada	6.008	6.008
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	3.441	3.441
Outras Receitas Financeiras	126	126
Base de Cálculo	9.575	9.575
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.436	862
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	933	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.370	862
Ajuste ECF	1	-
Rendas de aplicações	3.841	3.841
Rendas de aplicações resgatadas	3.441	3.441
Rendas de aplicações não resgatadas	400	400
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	100	36
Receita por competência diferida	1.518	1.518
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de Cálculo	486	486
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	121	44
Corrente	2.371	862
Diferido	221	80

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	19.125	19.125
Percentual de Presunção	32%	32%
Receita Operacional Tributada	6.120	6.120
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	5.774	5.774
Base de Cálculo	11.894	11.894
Alíquota	15%	9%

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.784	1.070
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	1.165	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.949	1.070
Rendas de aplicações	3.969	3.969
Rendas de aplicações resgatadas	5.774	5.774
Rendas de aplicações não resgatadas	(1.805)	(1.805)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(128)	(46)
Receita por competência diferida	(266)	(266)
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de Cálculo	(85)	(85)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	(21)	(8)
Corrente	2.949	1.070
Diferido	(149)	(54)

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Contribuição Social	408	594
Imposto de Renda	(80)	577
Total	328	1.171

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Contribuição Social diferido	217	137
Imposto de Renda diferido	602	381
Total	819	518

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	9.726	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de dividendos no total de R\$9.726. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos dividendos estão presentes na nota explicativa nº 06.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.833	5.143	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	19.684	11.527	-	-	1.543	1.143	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	4.348	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	-	8
Participação nos resultados	-	2
Total	-	10

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

		2025		2024	
	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Clientes		3.104	3104	1.576	1.576
Títulos e Valores Mobiliários		7.642	7642	4.509	4.509
		10.746	10746	6.085	6.085
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.833	1833	5.143	5.143
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	9.779	9779	9.027	9.027
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.263	2263	2.339	2.339
		13.875	13.875	16.509	16.509
		24.621	24.621	22.594	22.594
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(37)	(37)	(37)	(37)
Passivo de Arrendamento	2	(138)	(138)	(141)	(141)
		(175)	(175)	(178)	(178)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente

disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias

de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e passivo de arrendamento está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	1	2	10	51	193	257
Fornecedores	37	-	-	-	-	37
TOTAL	38	2	10	51	193	294

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é

continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando

incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas

* * * * *

Sérgio Lopes Cabral
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

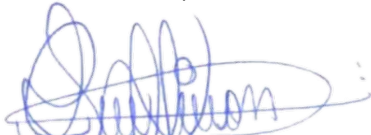
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0